



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 26ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.3 - 27ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.4 - 28ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.5 - 29ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.6 - 30ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.7 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 24/5/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Bosco - Carlin Moura - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - Liza Prado - Neilando Pimenta - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 2/1/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Ibitiré, tendo como objeto o estabelecimento de condições de cooperação institucional entre os partícipes, visando a implantação do "Procon on Line" - parecer favorável, considerando manifestações do Procon Assembleia, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-



Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a WF Tecnologia Científica Ltda., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médico-hospitalares – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à prorrogação da disposição da servidora Ione da Costa Pereira Gama, para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, para continuar prestando serviços no Cartório da 102ª Zona Eleitoral de Divinópolis, com direito aos vencimentos e vantagens de seu cargo na Secretaria desta Assembleia. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 9 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de janeiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 9/1/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Fator Eletricidade e Tecnologia Ltda., tendo como objeto a aquisição de quadros gerais de baixa tensão e prestação de assistência técnica e manutenção em garantia – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 72/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Cultura, por intermédio do Arquivo Público Mineiro, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação técnica para operacionalizar a microfilmagem e digitalização do acervo documental da Assembleia, dentro das ações previstas no Projeto “Memória do Legislativo Mineiro” - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Coordenação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler S.A., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva em quatro elevadores instalados no Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à rescisão contratual amigável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler S.A., tendo como objeto a realização de serviços de modernização nos elevadores instalados no Palácio da Inconfidência, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva – parecer favorável à rescisão contratual amigável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Colefar Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de janeiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/1/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a instalação de novo procedimento de controle e identificação do acesso dos usuários do Sistema Eletrônico de Votação – SEV 2000 – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e



a Caixa Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para os motoristas e servidores da contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Banco do Brasil S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de disponibilização de informações relativas a contracheques em terminais de auto-atendimento e internet, para usuários correntistas do Banco – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Marítima Seguros S.A., tendo como objeto o seguro para imóvel de propriedade da Assembleia e conteúdos, incluindo danos elétricos para instalações e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 9/1/2012, a servidora Bárbara Sampaio Costa, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 23 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de janeiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 23/1/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.529/2012, abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 30 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de janeiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 30/1/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa, referente ao mês de dezembro de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab -, referente ao mês de dezembro de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/12/2011, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.530/2012, a Mesa altera a Deliberação nº 2.432, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processos contendo termos de convênio a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Esmeraldas, e entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Matozinhos, tendo como objeto o estabelecimento de condições de cooperação institucional entre os partícipes, visando à implantação do “Procon On Line” - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral do Procon, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Castro Afonso e Costa Barros Advogados, tendo como objeto a prestação de serviços de realização de diligências de interesse da Procuradoria-Geral da Assembleia em órgãos públicos federais sediados no Distrito Federal – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de diretrizes de cooperação entre os órgãos convenientes para desenvolvimento de



trabalhos institucionais de Políticas Públicas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Distribuidora Lordy Ltda., tendo como objeto a aquisição de café tradicional torrado e moído – parecer favorável à retificação do preço do contrato, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a A.A.A. Teletron Casa do Portão Eletrônico Com. e Ind. Ltda., tendo como objeto o fornecimento, instalação e serviços de manutenção em portões, cancelas e interfones – parecer favorável à ampliação do objeto em 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Florescer Paisagismo e Meio Ambiente Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema automatizado de irrigação das áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência e serviços de jardinagem com fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Squadra Tecnologia S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas informatizados em plataforma tecnológica Java/Jee, no modelo de fábrica do software – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Proativa Serviços de Limpeza e Conservação Ltda., tendo como objeto o fornecimento de auxiliares de serviços gerais – parecer favorável à prorrogação, por cinco meses, ou até que finalize o Pregão Eletrônico nº 79/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Dispaper Ltda., tendo como objeto a aquisição de copos descartáveis – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 105/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Material e Controle Patrimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 6 de fevereiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de fevereiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/4/2012

Às 13h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera aprovada e solicita aos demais membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 2781/2012, de autoria do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café - Fecafé - e o programa de opções de comercialização do café no Brasil e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do Senador Aécio Neves, que agradece o convite para participar da audiência pública e cumprimenta os membros da Comissão pela iniciativa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Elmiro Nascimento, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda Figueiredo Filho, Diretor-Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas - Cocatrel -, representando o Sr. Silas Brasileiro, Presidente do Conselho Nacional do Café - CNC -; Edilson Alcântara, Diretor do Departamento do Café do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Sr. José Carlos Vaz, Secretário Executivo; Luiz Gonzaga de Castro Júnior, Professor da Universidade Federal de Lavras, representando o Sr. Edinaldo José Abrahão, Gerente do Polo de Excelência do Café em Lavras; João Roberto Puliti, Diretor da Faemg, representando o Sr. Roberto Simões, Presidente; Marco Túlio Borgatti, Gerente Técnico da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - Ocemg -, representando o Sr. Ronaldo Scucato, Presidente do Sistema Ocemg/Sescoop-MG; Wilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; Francisco Eduardo Garcês Ourique, especialista em café; Gilson José Ximenes Abreu, produtor rural e ex-Presidente do CNC; Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; e Niwton Castro Morais, Assessor de Café da Seapa, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, como autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à Deputada Liza Prado e ao Deputado Ulysses Gomes, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para tecer as suas considerações. Em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Neste momento, retira-se o Deputado Fabiano Tolentino e registra-se a presença dos Deputados Doutor Viana (substituindo o Deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do Bloco Avança Minas) e Bonifácio Mourão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Ulysses Gomes e da Deputada Liza Prado em que requerem sejam encaminhados à Presidenta da República, aos Ministros de Estado de Agricultura e da Fazenda, ao

Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC - e ao Governador do Estado pedidos de providências solicitando a urgente adoção por parte do governo federal de um programa de opções de venda de café em volume mínimo de 5 milhões de sacas para a safra de 2012/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino – Bosco.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/5/2012

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Eliane Pereira, Secretária de Estado de Cultura; do Cel. PM Luis Carlos Dias Martins, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil; e do Sr. Cláudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região, em que agradecem o convite para o debate público em 9 de abril e informam a impossibilidade de comparecimento; das Sras. Ana Letícia Martins de Souza, Promotora de Justiça, acusando recebimento de cópia do relatório de visita à Escola Municipal Maria Silva Lucas, que ensejou a instauração de inquérito civil público por parte da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Contagem; e Elisa Smaneoto, Diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento, em que esclarece a impossibilidade de atender imediatamente ao pedido de construção do câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri no Município de Capelinha. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.858 e 2.904, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.953 e 2.954/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.746/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado e do Deputado Carlin Moura (2) em que solicitam seja encaminhado à 7ª Promotoria do Ministério Público - Comarca de Contagem pedido de providências para garantir aos jovens desse Município a manutenção do direito à educação técnica e profissionalizante, seja por intermédio de termo de ajustamento de condita, seja por intermédio de ação civil pública; seja realizada visita às três unidades remanescentes da Fundação Educacional de Contagem; e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer o Programa Senai de Apoio à Competitividade da Indústria Mineira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2012.

Bosco, Presidente – Carlin Moura.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/5/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Anselmo José Domingos e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marcelo de Paula, Presidente da Câmara Municipal de Jacutinga; Leonardo Valério França Pinheiro, Vereador da Câmara Municipal de Manga (5/4/2012); Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, Diretor Executivo Corporativo da Embratel (26/4/2012); Ramon Victor César, Diretor-Presidente da BHTRANS; Ariel da Silva, Chefe do Departamento Operacional de Cartas dos Correios; Célio Pereira Soares, Diretor de Controle de Transporte Especial da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem, e Rogério Bernardes Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Araguari (10/5/2012). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.857/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.832, 2.833, 2.843, 2.857 a 2.868, 2.904, 2.913 a 2.918, 2.959 e 2.996/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.626 e 2.121/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes (3) em que solicita sejam reiterados junto à Secretaria de Transportes os pedidos de providências formulados por meio dos Requerimentos nºs 1.076, 1.524 e 1.523/2011; seja encaminhado à Superintendência Regional do DNIT pedido de providências para que seja delegado ao Município de Caiana o trecho da BR-482 entre os Km 0 e 0,40, na localidade de Dores de Minas, bem como as respectivas áreas de domínio e lindeiras; e seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de providências para a construção de rotatória nos trevos da MG-290 em Jacutinga; Celinho do



Sinttrocel (3) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a reforma de uma ponte a 15 km do centro de Coronel Fabriciano, na estrada que liga Cocais ao Cachoeirão, em frente à Fazenda Córrego Batista; seja encaminhado à Secretaria de Transportes e ao DER-MG pedido de providências para a agilização da regulamentação do transporte rodoviário intermunicipal feito por veículos cooperativados que não está regulamentado no Decreto nº 44.035, de 2/6/2005; e seja realizada visita técnica à MG-30, na altura do Km 30, em Nova Lima, para verificar a ocorrência de impedimento da passagem de veículos que estaria sendo causado pela cessão de parte da pista; Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado e à Secretaria de Transportes pedido de providências para a agilização do processo de licitação das obras do contorno de Jaíba, prevista no Programa Caminhos de Minas; Carlin Moura (7) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a paralisação das obras de saneamento e pavimentação da Av. A, no Bairro Maria da Conceição, em Contagem; seja realizada reunião de audiência pública para debater os critérios e condições de remoção e reassentamento das famílias residentes nas áreas de risco do Bairro Vila Beatriz; seja realizada reunião de audiência pública para debater a duplicação dos viadutos sobre a BR-040, próximo à CeasaMinas, no trevo da Av. Severino Ballesteros Rodrigues e na Av. das Américas; seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações referentes à arrecadação resultante do transporte de cargas, em face de denúncia relativa a transporte irregular de cargas perigosas; sejam encaminhadas ao Ministério Público as notas taquigráficas da audiência pública de 22/3/2012 e pedido de providências para que seja firmado termo de ajustamento de conduta com as empresas distribuidoras de combustíveis objetivando a isonomia no tratamento dado aos transportadores; sejam encaminhadas à Agência Nacional de Transportes Terrestres as notas taquigráficas da audiência pública de 22/3/2012 e pedido de providências a fim de que seja constituído grupo de trabalho para debater mudanças na legislação referente ao transporte de cargas, especialmente de substâncias perigosas; e sejam encaminhadas à Secretaria de Fazenda as notas taquigráficas da audiência pública de 22/3/2012 e pedido de providências para que se estude a possibilidade de que a alíquota do ICMS sobre o diesel volte a ser de 12%; Célio Moreira (5) em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Diretoria da BHTRANS pedido de providências para a instalação de semáforo ou faixa de pedestre com elevação (“traffic calming”) no cruzamento entre a Rua Visconde de Ibituruna e a Av. Olinto Meireles, no Bairro Barreiro; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Diretoria da BHTRANS pedido de providências com vistas a que passe a ser de mão única o trânsito na Rua Souza Magalhães, no trecho entre a Rua Américo Magalhães e a Av. Sinfrônio Brochado, no Bairro Barreiro de Baixo; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Diretoria da BHTRANS pedido de providências para a instalação de faixa de pedestre com elevação (“traffic calming”) na esquina da Av. Sinfrônio Brochado com a Rua José Brandão, no Bairro Barreiro de Baixo; seja encaminhado à Presidência da empresa MRS Logística S.A. pedido de providências para a elaboração de projeto e a execução, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de obra de alargamento e elevação até 6m do pontilhão localizado na Rua Hum, na confluência com a Rua Flor de Pitangueira, no Bairro Independência; para a implantação de horários alternativos que evitem a circulação de composições férreas nesse ponto durante a madrugada; e para a implantação de passagem inferior de veículos ligando a Rua Cinco à Av. Serrinha, nesse Bairro; e seja realizada reunião de audiência pública para debater as obras nos Córregos Jatobá e Olaria, que incluem tratamento de fundo de vale, construção de bacias de retenção de cheias, remoção e reassentamento de famílias, desapropriação de áreas e imóveis e tratamento urbanístico de áreas remanescentes; Fred Costa (4) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater as obras de adequação e ampliação do escoamento de águas, para prevenção de alagamentos, na Bacia do Córrego do Leitão; a execução das obras do Transporte Rápido por Ônibus - BRT - em Belo Horizonte, inclusive no que se refere a sua paralisação na área da Estação Pampulha; a situação das obras de expansão do metrô em Belo Horizonte, Betim e Contagem; e a revogação, pelo DNIT, dos editais para obras de recuperação de rodovias federais no Estado, no âmbito da segunda etapa do programa Contratos de Restauração e Manutenção; Adalclever Lopes e Adelman Carneiro Leão (4) em que solicitam sejam encaminhadas ao Ministério Público e à Diretoria-Geral do DER-MG as notas taquigráficas da reunião de audiência pública realizada em 10/4/2012, em Uberlândia; seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações para que envie cópia dos relatórios de manutenção e aferição das balanças rodoviárias em operação no Triângulo, nos últimos cinco anos; seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre as divergências em pesagens de caminhões verificadas nas balanças rodoviárias sob sua responsabilidade e nas operadas por empresas prestadoras de serviços, no Triângulo; e seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações para que envie cópia dos contratos firmados com as empresas responsáveis pela operação de balanças rodoviárias no Triângulo; Bonifácio Mourão em que solicita seja realizada reunião com o Diretor-Geral do DER-MG para que apresente a situação do Programa Caminhos de Minas; Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as consequências, para a população de Belo Horizonte, dos atrasos nas obras do BRT causados pela suspensão de contratos de licitação determinada pelo Tribunal de Contas; seja realizada visita às obras da alça do Belvedere, no Vetor Sul de Belo Horizonte, para conhecer os trabalhos que estão sendo realizados e a estrutura do projeto; João Vítor Xavier em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do transporte individual de passageiros por táxi no Aeroporto Internacional Tancredo Neves; da Deputada Rosângela Reis e do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a retomada das obras de pavimentação da Rodovia Parque Bispo Dom Helvécio, que liga a sede do Município de Marliéria à entrada do Parque Estadual do Rio Doce; da Deputada Rosângela Reis (3) em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria de Transportes e à Diretoria-Geral do DER-MG as notas taquigráficas da reunião de audiência pública de 8/5/2012 e pedido de providências para a alteração da Lei nº 19.445, de 11/1/2011, nos termos de sugestão que apresenta; sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça e à 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ipatinga as notas taquigráficas da reunião de audiência pública de 8/5/2012; e sejam encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça as notas taquigráficas da reunião de audiência pública de 8/5/2012, para subsidiar a elaboração do parecer sobre o Projeto de Lei nº 398/2011; dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a implementação no Estado da Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 2011; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a necessidade da efetivação de plano emergencial com alternativas para o fluxo de veículos nas principais vias de acesso a Belo Horizonte quando da ocorrência de acidentes e danos a veículos; e da Deputada

Luzia Ferreira (3) em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a melhoria da sinalização da Rodovia MGC-262 e para que seja analisado o projeto de duplicação dessa estrada no trecho entre o Anel Rodoviário e a Av. José Cândido da Silveira; seja encaminhado ao DNIT pedido de informações sobre a revitalização do Anel Rodoviário, especialmente sobre se consta no projeto a alça ligando-o à Rodovia MG-5; e seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam realizadas gestões junto ao governo para a duplicação da Rodovia MGC-262 no trecho entre o Anel Rodoviário e a Av. José Cândido da Silveira. Logo após, é aprovado o relatório referente à visita realizada em 23/4/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

Célio Moreira, Presidente - Antônio Júlio - Gustavo Valadares.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Local visitado: estrada que liga o Município de Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce.

Apresentação

A requerimento da Deputada Rosângela Reis, esta Comissão, no dia 23/4/2012, visitou o canteiro da obra de pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na obra.

Participaram da visita o Deputado Celinho do Sintrocél e a Deputada Rosângela Reis, que foram acompanhados pelos Srs. Waldemar Nunes de Sousa e Geraldo Rodrigues, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Marliéria; Vinícius de Assis, Diretor do Parque Estadual do Rio Doce; José Euler, Prefeito Municipal de Mesquita e Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Aço – Amva -, e Nívio Pinto de Lima, Coordenador Regional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – em Coronel Fabriciano.

Relato

A Comissão se encontrou com os convidados para a visita na Prefeitura Municipal de Marliéria, localizada na Praça Juscelino Kubitschek, 106. De lá, partiram para percorrer os trechos mais críticos da estrada entre a sede do Município de Marliéria e a entrada do Parque Estadual do Rio Doce, denominada Rodovia Parque Bispo Dom Helvécio.

Ao longo da visita, foi possível observar que vários trechos da estrada apresentam irregularidades. Em trechos ainda não pavimentados, o excesso de chuvas causou erosões que reduziram a largura da pista de rolamento, dificultando o tráfego. Além de estragos de origem natural, foram constatadas também irregularidades na implosão de rochas na beira da rodovia.

De acordo com o Sr. Nívio Pinto de Lima, após a interrupção do contrato entre o DER-MG e a empresa ganhadora da licitação, todos os procedimentos para realização de uma nova licitação já foram realizados.

Conclusão

A Comissão constatou que a obra de pavimentação da Rodovia Parque Bispo Dom Helvécio, interrompida desde 2011, apresenta irregularidades e que a conclusão da pavimentação do trecho é de grande importância para a região.

Tendo em vista o que foi constatado na visita, a Comissão vai encaminhar pedido de providências ao governo do Estado para que as obras de pavimentação da estrada do Parque se reiniciem.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente - Anselmo José Domingos - Gustavo Valadares.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Adelmo Carneiro Leão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.075/2012, em turno único, do qual designou como relator o Deputado Neider Moreira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.811/2012 (relator: Deputado Neider Moreira), no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Presidente, Deputado Carlos Mosconi, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.987/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.966, 2.991 e 3.008/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 282/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Luiz Henrique em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir o Projeto de Lei nº 2776/2008, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades de terapia intensiva e dá outras providências. Cumprida a

finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente – Neider Moreira – Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2012

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, comunicando a realização de audiência pública dessa Comissão para debater as implicações do novo Código Florestal Brasileiro. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.998/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.826, 2.844 e 2.880/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Romel Anízio em que solicita seja encaminhado ao Grupo JBS Friboi pedido de providências para que se estude a viabilidade de sua expansão para as atividades de suinocultura e avicultura, em Ituiutaba; e Fabiano Tolentino em que solicita seja realizada visita, em 7/6/2012, ao Parque de Exposições da Gameleira, em Belo Horizonte, para participar de mobilização de criadores de animais visando a preservação de sua infraestrutura nesse bairro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

Fabiano Tolentino, Presidente – Romel Anízio – Doutor Viana – Tiago Ulisses.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 17/5/2012

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bonifácio Mourão, Délio Malheiros e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Luiz Carlos Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se, nesse momento, a presença do Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Délio Malheiros faz retirar requerimento de sua autoria, apresentado em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Bonifácio Mourão - Duarte Bechir - Liza Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2012

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Neider Moreira, Rogério Correia e Zé Maia (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sávio Souza Cruz, Adelmo Carneiro Leão e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o fechamento dos postos fiscais e administrações fazendárias do Estado de Minas Gerais. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Gilberto Silva Ramos, Subsecretário da Receita Estadual, representando o Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda; Antônio Eduardo Macedo Soares, Superintendente da Sefaz; Deputado Federal Walter Tosta; Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Paulo César Marques da Silva, Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras de Administração Tributária da União, Estados e Distrito Federal; Marcus Vinicius Bolpato da Silva, Presidente do Sindicato dos Técnicos em Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais; Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais; Joelson Dias, advogado e ex-Ministro do TSE; Luciano de Araújo Ferraz, advogado; Dermeval Franco Frossard, Auditor Fiscal da Receita Estadual; Hugo René de Souza, Gestor Fazendário; Geraldo Henrique da Conceição, Presidente do SindPúblicos e Coordenador da Intersindical; e a Sra.



Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, Diretora Presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado – Affemg -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Neider Moreira e Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2012.

Gustavo Corrêa, Presidente – Lafayette de Andrada – Duarte Bechir – Rogério Correia.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.052, 3.060 e 3.062/2012, da Comissão de Participação Popular, e 3.082 e 3.083/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Finalidade: discussão, em audiência pública, com a presença de convidados, sobre a situação das famílias da ocupação Braúnas, no Município de Ribeirão das Neves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 14 e 20 horas do dia 28/5/2012, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BNDES e dá outras providências; 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o BID e dá outras providências; e 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada, com a presença de convidados, em 29/5/2012, às 10 horas, na Câmara Municipal de Poços de Caldas, com a finalidade de debater estratégias para a interiorização do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais, em parceria com a Representação Regional Minas Gerais do Ministério da Cultura, com a Secretaria de Estado da Cultura e com o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/5/2012, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.



Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.
Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública com convidados, a ser realizada em 30/5/2012, às 14 horas, no Município de Uberaba, com a finalidade de discutir a intervenção do Poder Judiciário que impediu a discussão de temas referentes à imóvel localizado na área rural desse Município, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.
Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2012, às 14 horas, na Escola Municipal Valério Ferreira Palhares, localizada na Rua Argentina, nº 64, Petrovale, em Betim, com a finalidade de debater a "Estrada do Contorno da Petrobras".

Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.
Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada, com a presença de convidados, em 31/5/2012, às 18 horas, na Escola Municipal Jair Fernandes de Melo, em Iapu, com a finalidade de discutir a implementação da Lei Federal nº 11.769, de 18/8/2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20/12/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.
Elismar Prado, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/05/2012

O Deputado Antonio Lerin* - Boa tarde, senhoras, senhores, colegas Deputados, pelos quais tenho profundo apreço e com os quais tenho muito a aprender, uma vez que estou nesta Casa há apenas cerca de um ano e meio. Esse curto tempo foi o suficiente para que eu percebesse que aqui trabalham homens e mulheres empenhados em representar os Municípios mineiros da melhor e mais eficiente maneira. Quero aqui parabenizar o trabalho do companheiro Deputado Dinis Pinheiro, que tem conduzido esta Casa com maestria, tendo também ocupado interinamente, e com muita responsabilidade, o cargo de Governador em exercício recentemente.

Minha região, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que tenho orgulho de representar, juntamente com outros colegas, reconhece que o governo de Minas tem feito um trabalho sério e incansável na busca da distribuição ordeira e justa das verbas públicas. Nossa representatividade tem arrancado elogios do Governador Anastasia, a quem agradeço publicamente e reconheço ser um homem empenhado em realizar o melhor, desde que seja legal e viável para os cofres públicos.

Quero chamar a atenção dos nobres Deputados para um fato notório, que ocorre há mais de 70 anos, mas que não deve jamais passar em branco: o sucesso da Expozebu, uma feira realizada na minha terra natal, Uberaba, que projeta não só o Município, mas todas as Minas Gerais, em âmbito mundial. Na semana passada o evento foi encerrado e alcançou mais uma vez números expressivos não só de público como também em negócios. Estive com o Governador na abertura do evento, realizado no dia 3 de maio, e pude perceber que o trabalho que nós, representantes do povo, temos feito junto ao governo está surtindo efeito e aproximando cada vez mais o Triângulo e Alto Paranaíba da administração estadual.

A Expozebu levou ao Parque Fernando Costa, local onde é realizada a feira, quase 250 mil pessoas. Estiveram presentes ao evento mais de 100 empresas de vários segmentos, que negociaram veículos, troncos e balanças, sêmen, animais, embriões, roupas, acessórios, móveis, entre outros produtos. Elas movimentaram mais de R\$70.000.000,00. Também houve comercialização de zebuínos em três "shoppings" de animais e nos 40 leilões oficializados, que obtiveram o faturamento de quase R\$49.000.000,00 com a venda de mais de 1.220 lotes de animais de elite.

Chamo a atenção dos senhores para o fato de que a Expozebu não é apenas uma feira de zebuínos, mas uma vitrine de genética bovina de alta qualidade, que desperta o interesse de inúmeros países. Isso valoriza a competência de nossa gente e mostra ao mundo

que nosso país também lida com eficiência em áreas como a biotecnologia bovina. Mais de três mil animais das raças gir, guzerá, brahman, tabapuã, indubrasil, sindi e nelore pisaram na pista de julgamentos mais concorrida do Brasil. Isso porque ali são julgados animais que mostram o potencial e a evolução da pecuária brasileira. Além de sua precocidade e de seu ganho de peso, aqueles animais são eficientes reprodutores. Vejam, com isso, como nossa região representa bem o nosso Estado. Tanto que Uberaba hoje é considerada polo da genética bovina pelo governo de Minas Gerais.

A Expozebu também foi palco de reuniões importantes sobre assuntos atuais e contou com palestras sobre a conferência da ONU Rio+20 e outros temas ligados ao meio ambiente, além de discussão sobre as mudanças do Código Florestal, um tema que divide opiniões.

Entidades importantes marcaram presença em reuniões na Expozebu, tais como CNA, Asbraer, cooperativas do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, Rural Jovem, Comissão de Agricultura da Câmara Federal, entre outras. O público internacional ultrapassou o do ano passado. A feira recebeu aproximadamente 500 estrangeiros ligados ao setor pecuário. Aliás, estiveram representados 28 países. Faço questão de citar alguns deles: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, França, Índia, Itália, México, Namíbia, Portugal, Sudão e Venezuela. Os jovens também participaram da feira, que é sustentável e promove educação e cultura para os estudantes. Foram 10 mil jovens e idosos que passaram pelo Parque Fernando Costa para participar dos projetos Zebu na Escola e Zebu UAI, respectivamente. Eles conheceram um pouco sobre as cadeias produtivas da carne e do leite e os projetos de sustentabilidade da pecuária. Essa é uma forma de resgatar a valorização do homem do campo.

Outra coisa importante a ressaltar: o governo de Minas já está investindo aproximadamente R\$800.000.000,00 para implantação do gasoduto em nossa região, mais uma prova de reconhecimento do Governador Antonio Anastasia, pois essa obra é crucial para a implantação da fábrica de amônia, bem como para a realização de outras obras economicamente importantes que promoverão, entre outras coisas, a geração de novos empregos. Nossa cidade foi citada no último domingo pela “Folha de S.Paulo” como uma cidade com crescimento de mais de 220% do PIB nacional. Isso mostra a importância que o Triângulo Mineiro tem para Minas Gerais.

Manifesto também o meu obrigado ao governo de Minas por atender prontamente nossas reivindicações em prol dos Municípios de nossa região, o que nos possibilitou recursos de mais de R\$40.000.000,00 nas áreas de saúde, educação, obras, esporte e segurança pública. Sabemos que o governo planeja realizar muito mais obras ainda este ano para valorizar a nossa gente.

Na prestação de contas deste meu primeiro ano de mandato, destaquei o empenho do governo na realização de diversas obras, porque entendo que, com projetos inteligentes e viáveis economicamente, não há entraves. O governo é aberto a novos empreendimentos. No entanto, temos de mostrar a viabilidade e a importância desses empreendimentos para nossas regiões.

Destaco em minha prestação de contas o trabalho que tenho abraçado, juntamente com a excelente equipe do hospital do câncer de Uberaba, o Hospital Dr. Hélio Angotti, ao qual destinamos aproximadamente R\$14.000.000,00, dos quais mais da metade já se encontram em sua conta.

Ressalto também que outras instituições de saúde foram beneficiadas com o nosso trabalho junto ao governo de Minas, tais como o Hospital da Criança, com a duplicação do número de leitos; nesse caso, estamos aguardando apenas o projeto para aprovação da Vigilância Sanitária. Temos também o Hospital Beneficência Portuguesa, que é a maternidade do povo, no qual o governo já investiu mais R\$1.300.000,00 para custeios e melhorias.

Durante a ExpoZebu, o Governador também nos deu a boa notícia sobre a liberação de R\$3.000.000,00 para a construção do posto de polícia integrada em Uberaba, com estruturação do IML, um pedido também nosso, que também contou com o trabalho de lideranças de nossa Uberaba. Mais de R\$6.000.000,00 foram liberados para as escolas de Uberaba e região. Isso também é oriundo de nosso trabalho junto ao governo.

Agradeço aos colegas desta Casa, que me acolheram dignamente e com carinho. Saibam que esse carinho é recíproco. Despeço-me com uma reflexão importante, nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva: é preciso cidadania para que uma nação se desenvolva com democracia.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antonio Lerin. Ouvi atentamente a prestação de contas que V. Exa. faz à sua região e a Minas Gerais. Devo dizer que, para o Parlamento mineiro, sem dúvida nenhuma foi uma gratíssima satisfação a sua presença como legítimo representante do Triângulo e as tantas ações que tem empreendido com dedicação, denodo e transparência.

Quero parabenizá-lo de maneira muito efetiva. V. Exa. chegou aqui e aos poucos foi ganhando experiência e, principalmente, vontade de servir Uberaba, o Triângulo Mineiro, enfim, toda a região, onde V. Exa. foi bem votado e lembrado pelos eleitores. Quero parabenizá-lo pelo trabalho magnífico que V. Exa. tem realizado não apenas na sua região, mas também no Parlamento mineiro, nas nossas comissões, onde tem demonstrado, com sua presença marcante, competência defendendo os legítimos interesses de toda a região. Fico feliz em ouvi-lo.

Nessa retrospectiva que V. Exa. faz, verificamos tantas e tantas ações que realizou com o nosso Governador Antonio Anastasia. Reconheço publicamente as muitas oportunidades em que V. Exa. manifestou o apoio do Governador a seus pleitos, que foram atendidos. Parabéns, continue assim. Com certeza, o Triângulo Mineiro precisa muito do Deputado Antonio Lerin, que tem realizado um trabalho magnífico, belíssimo, na região.

O Deputado Antonio Lerin* - Obrigado, nobre Deputado Dalmo Ribeiro. É importante prestarmos conta do nosso trabalho e reconhecer o empenho do Governador Anastasia em atender as reivindicações de todos nós, Deputados, e à população de Minas Gerais. Nós, representantes do povo na Assembleia, sabemos das dificuldades, mas estamos trabalhando, superando obstáculos e demonstrando com clareza e transparência tudo aquilo de que a nossa região tanto carece.

Ficamos felizes ao tomar conhecimento do trabalho realizado ao longo de 2011 por meio do programa Caminhos de Minas, grande projeto implantado pelo Governador Antonio Anastasia. Já estão liberados os 30km que interligam os Municípios de Sacramento e Nova Ponte por meio do Distrito Almeida Campos, chegando à Ligação 798. Também foram contemplados pelo Caminhos de Minas mais 29km, liberados pelo DER, ligando o Município de Perdizes à BR-262, por meio da Ligação 452. São mais de 60km de ligações,

que atenderão os Municípios da nossa região, proporcionando investimentos de R\$70.000.000,00. Por tantas outras reivindicações feitas com as PPPs, estamos viabilizando a duplicação de 7km na Ligação 427, de Uberaba a Conceição das Alagoas, bem como a implantação de um trevo na ligação do Município de Água Comprida, a fim de proporcionar maior segurança aos usuários da ligação de Delta a Sacramento, passando pelo Município de Conquista, que no ano passado comemorou o seu centenário. Por meio das PPPs, estará sendo viabilizada mais uma via para dar maior segurança aos usuários.

Tenho plena convicção de que a Assembleia Legislativa está no caminho certo. Sabemos que é considerada a melhor Assembleia de todos os Estados brasileiros. Sinto-me orgulhoso de fazer parte desta Casa com os nobres Deputados. Não poderia deixar de agradecer e reconhecer, mais uma vez, o empenho do Governador Anastasia e de toda a equipe do governo de Minas pelo trabalho e pelos projetos que têm alavancado o desenvolvimento deste Estado. Expresso os nossos agradecimentos.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Antonio Lerin, gostaria de parabenizar V. Exa., que tão bem representa o nosso Triângulo Mineiro, por esse brilhante pronunciamento.

Estive atento aqui e, nesse fim de semana, também pude acompanhar pelos jornais de circulação no Estado de São Paulo uma reportagem sobre o crescimento do nosso Triângulo Mineiro, principalmente sobre o desenvolvimento industrial. Entretanto esse crescimento não está apenas no Triângulo Mineiro. Se a reportagem focasse mais em Minas, poderia falar também sobre o crescimento no Norte de Minas, tudo isso possibilitado pelo trabalho realizado pelo nosso Governador Antonio Anastasia, que criou a Sudene mineira e está levando também investimentos para o Norte do Jequitinhonha. Parabéns V. Exa.

Hoje o gás que chega no Triângulo Mineiro vem da Bahia. Com certeza, daqui a algum tempo, esse gás sairá da Bacia do São Francisco, porque lá estão investindo para buscar essa nova fronteira energética.

Parabéns a V. Exa., que tão bem representa o nosso Triângulo Mineiro, pelo pronunciamento.

O Deputado Antonio Lerin* - Agradeço ao Deputado.

Sr. Presidente, meu tempo já está se encerrando, mas gostaria de aproveitar a grande audiência da TV Assembleia para convidar todos os uberabenses e todas as lideranças da região do Triângulo Mineiro para participarem conosco amanhã, às 9h30min, no Anfiteatro da Fiemg, na Praça Frei Eugênio, em Uberaba, da grande audiência, a Caravana da Saúde, onde trabalharemos para colher 1.500.000 assinaturas para entrar com um projeto de iniciativa popular. A intenção é que o governo federal possa investir, no mínimo, 10% do Orçamento da União na saúde do nosso país, o que representa um investimento de mais de R\$40.000.000.000,00.

Obrigado, Sr. Presidente. Devolvo-lhe a palavra.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, distinto público que nos honra nesta tarde, telespectadores da TV Assembleia, senhoras e senhores, boa tarde.

Inicialmente, em nome do povo do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, gostaríamos de agradecer a presença do Dr. Carlos Melles, nosso Secretário de Obras, na nossa reunião itinerante da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, na cidade de Entre-Rios no final do mês passado, onde tivemos a oportunidade de presenciar a apresentação das várias obras que melhorarão muito a infraestrutura da nossa região.

Gostaria de agradecer ao Dr. Carlos Melles, nosso Secretário de Obras, e dizer da satisfação e da alegria por essas grandes obras que já estão sendo executadas na nossa região, como a liberação de várias pontes e de recursos para terminarmos a MG-270, que ligará Entre-Rios de Minas a Passa-Tempo, com isso incrementando mais ainda o nosso desenvolvimento econômico, facilitando e encurtando as distâncias entre a BR-040 e a BR-381, o que facilitará muito o caminho para São Paulo e Divinópolis.

Quero agradecer também a obra de duplicação da nossa MG-383, que liga Joaquim Murinho a São Brás do Suaçuí, com a construção de dois viadutos e uma ponte, obra orçada em mais de R\$100.000.000,00.

Isso é o governo do Estado, o governo do nosso Prof. Antonio Anastasia. Nós do Alto Paraopeba e Vale do Piranga só temos a agradecer por esse empenho pela nossa região.

Sr. Presidente, na verdade o que me faz ocupar esta tribuna nesta tarde é a situação dos aposentados no Brasil. O nosso Estado de Minas Gerais, segundo os dados oficiais mais recentes, possuía, em dezembro de 2011, o contingente de 1.862.192 aposentados, entre aposentadorias por idade, invalidez e tempo de serviço. É um contingente significativo de mineiros que têm rendimentos sujeitos às regras estabelecidas pelo INSS. Esse número ainda se torna mais significativo quando consideramos que o número de pessoas que dependem desses rendimentos dos aposentados é muito grande. Famílias inteiras sobrevivem sustentadas pela renda que tem origem na Previdência Social. A perda do poder aquisitivo dessa parcela da população tem um impacto considerável sobre a economia mineira.

Apenas esse dado já seria relevante, não bastasse a dificuldade imposta a essas famílias com a constante redução do poder de compra do aposentado de maneira geral. A justiça na atualização dos rendimentos das aposentadorias não é apenas uma questão individual do aposentado, mas toma uma dimensão social, quando se trata do reflexo em escala do consumo gerado pelo universo das famílias que dependem da renda das aposentadorias.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não bastasse essa importância, tivemos de ouvir a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão anunciar, em meados do mês passado, entre os dados básicos da LDO para 2013, que o aposentado, mais um ano, não terá aumento, somente o reajuste da inflação, calculado pela variação do INPC.

De que adianta tanto dinheiro concentrado na União, se não é possível fazer justiça àqueles que construíram o nosso país? Isso é uma pergunta que não podemos deixar de fazer, principalmente por sermos agentes políticos.

No início do mês de abril, senti-me homenageado e honrado quando visitei a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Conselheiro Lafaiete. Além das gentis palavras e do largo sorriso estampado no rosto daquelas pessoas, não restaram dúvidas quanto às boas-vindas. Ouvi atentamente o que diziam. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eles, os aposentados, não pedem mais que tratamento justo e respeito.



É importante salientar que, neste ano, 988.282 brasileiros despencaram para o salário mínimo, segundo dados levantados pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - Cobap.

Ainda de acordo com a mesma entidade, o poder de compra da categoria, daqueles que ganham acima de um salário mínimo, sofreu uma redução catastrófica. As perdas representam 76,54% de 1994 até o ano de 2012. Neste ano, a perda representou uma diferença de R\$87,00 para quem ganha dois salários mínimos, isso porque o reajuste do mínimo foi de 14,1%, ou seja, o aposentado receberia R\$1.244,00 mensais; porém, com o reajuste de 6,08% para quem ganha acima do mínimo, esse aposentado recebe R\$1.156,00.

Essa diferença parece pequena, mas a fase da aposentadoria é uma fase da vida em que normalmente as pessoas têm um custo de vida maior. E a diferença, ocorrendo de ano a ano, se acumula provocando um efeito em cascata de achatamento dos rendimentos dos aposentados.

Para alguns, essa diferença pode representar a compra de remédios, uma alimentação melhor, principalmente numa etapa da vida em que o organismo precisa de uma nutrição mais adequada. Eu, como médico, não posso fechar os olhos para essa situação.

Com esse tratamento diferenciado, desigual, com o tempo, a tendência é que a maioria dos aposentados venha a ter o rendimento de um salário mínimo, muito abaixo das suas contribuições previdenciárias, pagas para receber muito mais.

Sr. Presidente, essa é a realidade, e é muito séria. Enquanto ninguém levantar a voz, e nós todos, unidos, não tomarmos um posicionamento, a situação perdurará, e quem perde numa situação como essa são os trabalhadores que constroem a Nação.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero ser um dos representantes dos aposentados nesta Casa. Não posso ficar indiferente a essa situação, principalmente após constatar a disposição dessas pessoas de cabeça branca, que, apesar de enfrentarem uma política desigual e perversa, não perderam a esperança nem pretendem abandonar as trincheiras e desistir dessa boa luta.

No que eu puder, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou agir para contribuir para a luta dos aposentados pela justiça que eles merecem, pelos direitos que conquistaram no decorrer dos anos. Aproveito e convido V. Exas. a me ajudar nesse intento.

Sr. Presidente, para finalizar, quero informar aos nobres pares que dei entrada a um projeto de lei de minha autoria e também da Deputada Liza Prado e do Deputado Juninho Araújo, visando a garantir aos maiores de 60 anos gratuidade no transporte público intermunicipal. Esse projeto tem como escopo preencher a lacuna que hoje existe no Estatuto do Idoso, que só confere gratuidade ao transporte interestadual e aos transportes urbano e semiurbano. Precisamos preencher essa lacuna, e conto com os nobres pares.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Glaycon Franco, parabênzo V. Exa. por trazer à tribuna importante tema relativo aos aposentados. A cada ano aumenta a longevidade da população do Brasil. Nós, que estamos na ativa, em alguns anos seremos aposentados. Fica essa importante reflexão para o Brasil. Precisamos fazer uma reforma tributária, e principalmente previdenciária, para valorizar os que ajudaram e ainda ajudam muito a construir o futuro de nosso país. Parabéns por abordar tão significativo tema.

O Deputado Glaycon Franco - Obrigado, nobre colega Deputado Luiz Henrique. Esse tema do nosso projeto discutiremos mais detalhadamente em outra oportunidade. Agradeço a todos. Fiquem com Deus e boa tarde. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio – Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, mais uma vez venho fazer um pronunciamento a respeito de uma situação que aflige a todos. Principalmente a nós, mineiros, que estamos preocupados com o nosso Estado sem a preocupação de estarmos atrelados ao governo de Minas Gerais, que tem acabado com Minas, um governo que tem procurado fazer uma política apenas partidária. É esse o motivo que me traz aqui para falar da educação em Minas Gerais.

O governo quer acabar com o Cesec. Essa história é antiga, falam em acabar com o supletivo há 20 anos, pois, quando muda a direção da Secretaria de Educação, alguém, por livre e espontânea vontade, fala que vai acabar. Falam isso porque não temos Governador. Minas não tem governo. Então, qualquer funcionário da Secretaria de Educação ou de outra manda mais do que o Governador. Ele faz a proposta e o projeto dele.

É essa a nossa preocupação. Tenho falado de uma preocupação e mostrado ao povo de Minas Gerais que estamos precisando de um governo que cuide do nosso Estado. Hoje temos projeto de governo, mas não temos projeto de Estado. Esse é o grande equívoco que estamos cometendo, e nós, Deputados e Deputadas, estamos assistindo passivamente, porque ninguém pode se manifestar, ninguém pode questionar o governo. Na semana passada falaram de uma pesquisa da revista “Veja” a respeito de algumas escolas com bom índice de aproveitamento. Espero que seja real, mas não acredito nessas pesquisas, até porque o Unicef uma vez prestigiou um Prefeito da minha região e, como sou majoritário, cerca de 15 dias antes tive de dar uma ajuda na escola porque não tinham merenda, panela, água, nada. E o Unicef falou que era a melhor escola do interior de Minas Gerais. Como? Conhecemos esses fatos, então não acredito nessas informações, acredito na realidade.

E agora falo do Cesec. O negócio está tão absurdo, que entrei com requerimento na Comissão de Educação para fazer uma discussão a esse respeito. É importante discutir, e a Secretaria poderia vir dar a sua versão de por que vão fechar. Se virmos que eles têm razão, tudo bem. Mas ninguém quer dar explicação, ninguém fala nada, ninguém sabe por que está vindo essa mudança. O requerimento solicita audiência para discutir a adoção de classes multisseriadas nas escolas - esse é outro problema que estamos vivendo – e o Cesec. O governo não tem explicação para as classes multisseriadas. O Sind-UTE entrou na Justiça contra as salas multisseriadas, e ela acatou, em parte, o recurso.

E a Juíza foi muito feliz, quando afirmou: “Infringir normas básicas da educação fundamental representa um desrespeito ao chamado mínimo existencial. Isso porque o cerceamento à educação básica causará reflexo para toda a vida daqueles jovens, ao prejudicar o desenvolvimento de suas profissões que, por sua vez, poderá reprimir o regular acesso aos bens necessários a uma vida digna.” Essa é a decisão da Juíza que emitiu o parecer. Deputado Marques, só o governo não está vendo isso, só o governo não quer ver. Acorde, Governador! Aquele pessoal que fica nos vigiando aqui poderia ligar para o Palácio, chamar a atenção do Governador e dizer a ele que estamos clamando para que Minas Gerais tenha governo. Clamamos por um Governador que fale dos interesses deste Estado, e não apenas dos interesses do governo e dos interesses de uma campanha antecipada para Presidente da República, que será daqui a dois anos e meio.



O Prof. Anastasia tem tido todo o nosso apoio e o nosso respeito, até defesa da Oposição ele tem tido, pois aqui virou campanha de Aécio, e não de Anastasia, ninguém o defende. A base aqui não é do Anastasia; é do Aécio. E com isso, o que acontece? As pesquisas que vários Deputados estão fazendo em suas bases apontam que há uma desaprovação do governo Anastasia, que está em queda livre. Não adianta esconder. Isso é culpa da base, que precisa atentar para essas questões. São coisas mínimas que estão provocando desgastes. São questões pequenas que estamos vendo acontecer, estamos sentindo que vão acontecer e, mesmo assim, não temos coragem de manifestar.

Estivemos em Porto Alegre, com Comissão da Assembleia, na semana passada, e o Governador de lá disse-nos de que aquilo ele mais gostaria é que sua base também fizesse oposição, que levantasse questões que ele não conseguisse ver. Essa seria a forma de a base ajudá-lo na administração. Nós aqui preferimos dizer: "Ah, não está acontecendo nada... Não há problema." Nada em Minas é problema, e ficam querendo julgar. Estou vendo o Deputado João falando que o anel está parado, porque tem uma carreta estragada lá, e a culpa é da Dilma. Que culpa da Dilma! É dos governos, tanto da Prefeitura quanto do Estado, pois não temos um projeto para o anel rodoviário; não temos um projeto de duplicação da BR-381; não temos um projeto para o falado metrô de Belo Horizonte. Tudo é falácia! Hoje, é que soubemos pela imprensa a chamada de licitação para fazer o levantamento do trajeto. E agora, o processo está suspenso, porque deu errado. Então, só daqui a dois, três ou cinco meses será concluído. Aí, passa um ano, passam dois, passam três... Por quê? Porque não temos autoridade, nem em Belo Horizonte e nem no Estado de Minas Gerais.

Está faltando autoridade, alguém que fale em nome da Prefeitura e alguém que fale em nome do nosso Estado. Anel rodoviário não é problema do governo federal, é problema dos Deputados Federais que temos em Brasília, que, infelizmente, também não atendem aos interesses de Minas. Eles apenas ficam preocupados com as verbas que saem para o governo, com as emendas parlamentares. Quem fala em nome de Minas no Senado? Quem é que tem autoridade política, para falar duro, contra ou a favor dos interesses de Minas Gerais? Não temos ninguém.

É isso que tenho dito ao Prof. Anastasia, que assuma a liderança e conduza os interesses de Minas. Nós estamos ficando para trás, Minas está empobrecida e falida. Está aí a dívida de R\$70.000.000.000,00, que ficou escondida por nove anos. Pagamos R\$400.000.000,00 de juros por mês. Há uma dívida da Cemig, que já foi abafada e de que ninguém fala mais nada. Mas Minas deve à Cemig R\$5.500.000.000,00, que é mais do que o patrimônio da Cemig. Sem contar os R\$70.000.000.000,00 que lá estão...

Então, precisamos ter essa preocupação. Não cansarei de falar que temos de separar as coisas de governo das coisas do Estado. O nosso Estado está empobrecido, está quebrado. Para quê? Para manter, entre aspas, uma filosofia, uma ideia de que o governo está bem. O governo também está mal, até porque, gosto de dizer, Doutor Wilson, que governo ruim - e repetirei isso -, é ruim para todo mundo. Governo ruim não é só para a Oposição, mas também para todos nós, e até mesmo para a base do governo.

Nós queremos um governo que funcione, que seja altivo, que resolva os problemas de Minas Gerais.

Comecei a falar sobre o Cesec. São mais de 90 mil alunos inscritos. E vem uma pessoa da Secretaria de Educação sem nenhuma explicação, diz apenas que a professora de Português dará aula de Física, a de Física dará aula de não sei o quê; e que não há professor, que não pode contratar, como se brincasse com a educação de Minas. Já brincaram com a greve de 120 dias que enfrentamos no ano passado. A Secretaria de Educação, juntamente com a Secretaria de Planejamento, levou o caso na brincadeira, na irresponsabilidade. Até hoje a greve atrapalha a vida dos estudantes. E não podemos falar nada. Pode-se apresentar requerimento na Comissão de Educação, mas ela não discute os problemas da educação. Deram ordem para não discutir, porque falarão do governo não sei o quê. Não é isso o que queremos. Fazer oposição, Maria Tereza, é a coisa mais fácil. Estamos querendo solução, estamos mostrando que temos um problema que precisa ser enfrentado. A educação de Minas pede socorro. Não se trata apenas de estar passando fome, de questão salarial. As salas estão sem professores, não estão autorizando contratação e, quando o fazem, demoram 30, 40, 50 dias. Agora proibiram a substituição. E quem for aluno do Cesec e precisa frequentar o curso, que é fantástico? Sou seu defensor desde a época em que era Prefeito, há 30 anos. Um dos primeiros Cesecs instalados foi na minha cidade, formando muitos alunos e alunas. Agora, o governo o trata com descaso, com brincadeira.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Concordo com V. Exa. em alguns aspectos, mas discordo quando diz que o governo de Minas não tem feito nada. Pede socorro não apenas a saúde, mas também a educação. Mas isso não ocorre apenas em Minas Gerais, e sim em todo o Brasil. O governo federal se nega a fazer investimentos nessas áreas essenciais. V. Exa. é testemunha, não podemos omitir a verdade. A Emenda à Constituição nº 29, que hoje regulamenta os investimentos dos Municípios, dos Estados e da União, não está sendo aplicada. O governo federal se omitiu e não faz os investimentos de 10% nessa área.

O Brasil é um dos países que mais cobram tributos no mundo e tem um dos mais baixos investimentos na saúde e na educação. Esse é um compromisso do governo federal. O governo de Minas, ao contrário, tem investido muito na saúde, na educação, nas estradas. Sou testemunha disso. A Zona da Mata, nossa região, é uma das mais bem-avaliadas do Brasil quanto à qualidade de atendimento aos pacientes do SUS. Depois das enchentes, o governo do Estado está realizando importantíssimas obras de prevenção para evitar corre-corre, enquanto o governo federal não liberou nenhum recurso para obras em nossa região. Além disso, o governo estadual está construindo um novo hospital em Além Paraíba - o hospital atual foi afetado pelas chuvas -, com investimentos da ordem de R\$10.000.000,00. Na pequena cidade de Guidoal, onde a ponte foi totalmente destruída, serão inauguradas obras em julho deste ano, totalizando R\$18.000.000,00. Até o momento, o governo federal não recuperou nenhum dano causado pelas chuvas em qualquer parte do Estado.

Então, discordo veementemente de V. Exa., quando diz que o governo do Estado não tem feito nada, pois sou testemunha, tenho comprovado obras importantes para a saúde e para a educação. Na saúde, temos o Farmácia de Minas pelo Estado afora; e nas estradas em construção, são mais de 7.000km de asfalto a serem iniciados em nosso Estado.

Portanto, o governo está atento a todas as necessidades da nossa população, cumprindo seu trabalho diariamente, fiscalizando, andando nas ruas, pelos Municípios e fazendo obras, que hoje estão garantindo a qualidade de vida da população mineira.

O Deputado Antônio Júlio - Muito bem. Gostaria de conhecer essa sua região. Proponho que façamos uma comissão para visitarmos essas obras, porque, para mim, o governo está vivendo apenas de publicidade. A realidade é totalmente diferente, tanto assim é, que estou apresentando um requerimento para visitar um Cesec, mas não conseguimos aprová-lo. Ora, o governo fala que não há problema, mas os problemas estão aí. Então, se o governo estiver da forma como V. Exa. diz, posso até acreditar. Mas gostaria de ver. Sou dos que gostam de ver para crer.

Na verdade, o governo fez alguma coisa. Nunca disse que ele não fez. Não quero um governo ruim, mas um governo que realize; porém, é fato que vamos de mal a pior. O que temos é muita publicidade. Até a Dilma e o PT estão fazendo muita propaganda do que não é a realidade e do que não chega até o cidadão. Reclamo disso também.

Já a sua região, Deputado, deve ser o paraíso, como é paraíso o que o Aécio vendeu para o Brasil inteiro, que Minas não tem problema. Aqui não há problema de segurança pública, não há problema de saúde, não há problema de estrada, não há problema de educação, não é mesmo? Aqui é o paraíso. No entanto, quando andamos em Belo Horizonte, vemos mais de 35 assassinatos por mês. O governo vende que não existe problema algum. Doutor Wilson Batista, gostaria de ir com uma comitiva a sua região, até para batermos palmas para o que for real, porque, infelizmente, Minas não tem governo. Podem defender, podem falar - e tenho de respeitar, porque cada um tem a sua opinião -, mas, lamentavelmente, Minas Gerais está andando para trás.

O Deputado Doutor Viana – Cumprimento a nobre Deputada Rosângela Reis, que está presidindo a nossa reunião; os caros colegas Deputados e Deputadas; a imprensa; os telespectadores da TV Assembleia; os funcionários da Casa; e o pessoal que nos assiste das galerias.

Lerei um artigo do jornal “Estado de Minas” publicado em 17 de maio para analisarmos o quanto nosso país e Minas estão perdendo no cenário do desenvolvimento. O artigo foi escrito por Jayme Nicolato, Diretor Executivo da Ferrous Resources do Brasil S.A., no caderno “Opinião”: “O país do Futuro? Brasil, país do futuro. Essa afirmativa, título do ensaio escrito em 1941 pelo austríaco Stefan Zweig, certamente foi, pela maioria de nós, ouvida e repetida como um mantra a profetizar que nos anos que se seguiriam teríamos melhores oportunidades.

Baseava-se a assertiva na nossa vasta extensão territorial, nas enormes riquezas minerais e na disponibilidade hídrica, fatores que acabariam por permitir um processo de industrialização consistente, que propiciaria um mercado de trabalho sólido, aquecido e repleto de boas oportunidades.

Cresemos e nos desenvolvemos. Apesar dos percalços e sucessivos planos econômicos, hoje estamos entre os países que alavancam o crescimento econômico mundial, o grupo Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esse ambiente de negócios que então se revelava fértil para alcançar voos ainda mais altos acabou por não render todos os frutos esperados, e ora corremos o risco de perder a vez e exportar nossos empregos.

No início dos anos 2000, vivíamos um ambiente de negócios propício para o setor siderúrgico. Por essa razão havia vários projetos para construção de unidades siderúrgicas no Pará, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de projetos relevantes de aumento da capacidade produtiva existente nas mais diversas regiões do Brasil. Uma década depois, o que se vê é que apenas dois desses projetos realmente saíram do papel. Um deles, porém, com custo e prazo excessivamente superiores aos previstos e com enormes dificuldades nos aspectos operacional e ambiental. Nesse período, a produção de aço brasileira não se expandiu conforme esperado, permanecendo na casa das 36.000.000t atuais. Comparativamente, a China saltou de 151.000.000t de aço no ano 2000 para 683.000.000t no final do ano de 2011, com expectativa de atingir, em 2015, a casa de 800.000.000t, o que significa que, nos últimos 11 anos, foi inaugurada a cada mês uma usina de 5.000.000t por ano. Realmente, ficamos muito para trás e, o que é pior, sem escala e sem produtividade para competir no mercado mundial. Os maiores responsáveis pelo nosso atraso são os elevados custos de capital, a ineficiente burocracia, os entraves ambientais, o custo energético e a carga tributária, que resultam numa enorme perda de competitividade comparativamente com outros países.

No caso do setor mineral, outro setor importante para o Brasil e para Minas Gerais, em especial na mineração de ferro, carro-chefe das exportações brasileiras na última década, em 2002 produzíamos 150.000.000t. Em 2011 a produção foi de 325.000.000t. A expectativa é alcançarmos, em 2015, a produção de 370.000.000t. No mesmo período, a Austrália, país democrático, assim como o Brasil, passou de uma produção de 207.000.000t para 470.000.000t. A expectativa é atingir, em 2015, 700.000.000t de minério de ferro por meio de projetos que já se encontram em fase final de implantação. É o dobro da projeção para o Brasil. A simples leitura desses números nos indica claramente que já perdemos a vez no setor siderúrgico e corremos o iminente risco de perdermos a vez também no setor mineral.

Para mantermos o atual ritmo e continuarmos aumentando a produção de minério de ferro, precisaremos de novos projetos, pois muitos dos que hoje a sustentam têm exaustão prevista para os próximos anos. Além de um contexto desfavorável, o desenvolvimento desses novos projetos esbarra em uma confusa legislação ambiental, que, desde 2008, rege a questão atinente às cavidades naturais subterrâneas e, a partir de então, impede a entrada em operação de vários e relevantes empreendimentos previstos notadamente para os Estados de Minas Gerais, Pará e Bahia.

Nesse ambiente local de indefinições e incertezas de toda ordem, ao que assistimos é a migração de vários investimentos para outros locais do planeta, especialmente para a Austrália e para o continente africano, também ricos em substâncias minerais, nos quais são hoje encontrados atraentes projetos de mineração em andamento.

A permanecer esse quadro, perde o Brasil a oportunidade de promover a sua industrialização de forma consistente, com contrapartidas e compensações socioambientais necessárias a um país em desenvolvimento, provocando o êxodo dos empregos. Será que acontecerá com o setor mineral o mesmo que aconteceu com o siderúrgico?

Não podemos perder a oportunidade de crescer de forma sustentável e defender os nossos empregos. Os desafios são vários, e as soluções podem ser encontradas com a tomada de ações concretas e rápidas. Ainda há tempo de fazer prevalecer o título do ensaio de Stefan Zweig, que, em 1941, assim escreveu: 'Brasil, país do futuro'.”



Concordamos com tudo o que foi escrito. O Brasil está crescendo no setor de mineração e de siderurgia a passos de tartaruga, enquanto os outros países estão numa velocidade extraordinária. Estamos crescendo, a mineração tem crescido, mas perdemos a competitividade. Como se não bastasse a distância do nosso continente principalmente da China, no continente asiático, a burocracia é muito grande. Tudo trava o desenvolvimento.

A China, que tem a maior velocidade de crescimento no mundo nesse setor que é extraordinário e que precisa ser sustentável - não queremos jamais permitir o desenvolvimento sem sustentabilidade -, dá as diretrizes para o empresário explorar uma mina, e este tem de cumpri-las. Só se não as cumprir é que a fiscalização interrompe e proíbe a atividade, e então jamais esse empresário terá autorização para explorar outra mina, uma vez que não obedeceu às regras de sustentabilidade do País. Aqui, conseguir começar a trabalhar em uma atividade de mineração é realmente exaustivo, cansativo e desestimulador.

Tivemos, há pouco tempo, um exemplo que foi preciso denunciar aqui: a demora na liberação do início da construção de uma grande siderurgia no nosso Estado, e a empresa já estava querendo ir embora para o México, pois lá também ela realiza a construção de uma siderurgia.

Ao empresário pouco importa estar no Brasil, na Austrália ou no México; ele quer é montar a siderurgia, trabalhar, dar empregos e, principalmente, ter seus lucros. Mas, por excesso de burocracia e demora em analisar os projetos com seriedade, em dar as devidas liberações e em fiscalizar o cumprimento do que é determinado por lei, estamos perdendo em competitividade e tempo. Aí, as empresas estão indo para outros países, outros continentes, onde as coisas estão mais fáceis - mas não no sentido de se permitir o errado, pois, nesse caso, o empresário estaria impedido de participar de qualquer outro processo de empreendimento no País.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado por trazer um tema tão importante, preocupação de todos nós, para discussão nesta Casa.

Quero também agradecer ao Deputado a ajuda que nos tem dado em alguns encaminhamentos que estamos fazendo nesta Casa. Na oportunidade, lembrando que o Deputado nos acompanhou no encontro que tivemos com o Secretário de Agricultura, Elmiro Nascimento, peço a mesma ajuda na cobrança de uma reposta a nossa muito justa reivindicação de redução do ICMS da venda do gado. Solicitamos ao Secretário que conversasse com a equipe econômica do governo sobre o assunto, a fim de que pudéssemos dar uma esperança aos produtores do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, região que está sendo drasticamente castigada pela seca. É preciso que eles tenham uma oportunidade e que se abra uma janela, com a redução do ICMS, para a venda do gado aos frigoríficos e a outros Estados, para que não tomem um prejuízo ainda maior, pois a região está sem capim e sem alimento para o gado e, de acordo com os dados da Emater, vai sofrer com a seca por mais cinco meses. Fato é que teremos uma perda calculada de mais de 1 milhão de cabeças de gado naquela região, se essa medida não for tomada agora pelo governo. Ou seja, o governo precisa acordar e tomar essa decisão agora; não adianta fazer isso em junho, agosto ou setembro, quando o gado já terá emagrecido - ninguém vai querer comprar gado magro. Então, mais uma vez, peço o seu apoio e empenho junto ao Secretário e ao governo, para que o Norte de Minas seja contemplado com essa medida, que é boa para o governo e para todo mundo - uma quebradeira generalizada na região será ruim para todos, principalmente para o governo, que vai deixar de arrecadar. Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado Doutor Viana - Realmente este Deputado esteve, juntamente com o Deputado Paulo Guedes e alguns produtores do Norte de Minas, reivindicando do governo essa atenção àquela região. Aliás, o Governador Anastasia, desde quando Secretário de Administração no primeiro mandato de Aécio Neves, apoiou a criação de uma secretaria especializada, inicialmente provisória, mas agora permanente, para a defesa daquela região: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas. Portanto, Paulo Guedes, pode contar conosco, mas tenho certeza de que o governo terá a sensibilidade necessária a essa questão.

Para terminar, fiz este pronunciamento em defesa dos produtores; em defesa dos que produzem, trazem para o nosso Estado o desenvolvimento sustentável, dão emprego e geram renda. Essas pessoas têm de ser estimuladas a continuar produzindo, aumentar sua produção ou trazer novos investimentos, para que tenhamos em nosso Estado desenvolvimento e crescimento sustentáveis. Essa é a nossa opinião e o nosso desejo. Eram as minhas considerações nesta tarde, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, embora esteja em redação final, pedi para discutir o projeto do Deputado Sargento Rodrigues, porque ele trata de notificação do ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas aos órgãos de segurança pública. O Deputado Sargento Rodrigues trata de dois assuntos importantes: saúde pública e segurança pública. Embora esteja já em redação final, eu não poderia deixar de vir à tribuna trazer a discussão da alocação de recursos nesses dois setores, segurança pública e saúde pública, porque, Sr. Presidente, acabamos de votar e aprovar, em redação final, o projeto do Tribunal de Contas que qualifica a carreira dos seus servidores. Nessa votação, garantimos um compromisso feito com o conjunto do Tribunal de Contas. Mas é importante esses dois projetos serem relatados conjuntamente, Deputado André Quintão, ou serem observadas, serem feitas observações em conjunto. O Tribunal de Contas está agora com uma qualificação a mais, tanto no seu corpo de funcionários, com uma carreira melhorada, como também, especificamente, no sentido de poder apreciar as matérias que ali são postas para as contas dos Municípios do nosso Estado. E, estranhamente, o Tribunal de Contas fez com o governo do Estado - e digo estranhamente para o governo do Estado, fundamentalmente - um termo de ajustamento de gestão que tem tudo a ver com esse projeto que agora discuto, do Deputado Sargento Rodrigues, que diz respeito à saúde pública e à segurança pública.

Um termo de ajustamento de gestão que permite - pasmem, senhores e senhoras telespectadoras - que a Constituição do Estado não seja cumprida neste ano nem no ano que vem em dois aspectos fundamentais: a aplicação do índice de investimento na saúde e na educação pública. Simplesmente assina um termo o Tribunal de Contas e o governo do Estado. O governo do Estado quer dizer que, com esse termo, ele não precisa fazer o investimento constitucional. Isso é algo estapafúrdio, completamente sem sentido e nitidamente inconstitucional. Para quem tem um Governador do Estado que entende tanto do assunto - sabe que por nada neste mundo se pode fazer um parêntese e não cumprir o texto constitucional referente a duas questões tão sérias - aliás, em nada, mas principalmente em termos de educação e saúde. É como se congelássemos a Constituição Federal por dois anos só em Minas Gerais e



disséssemos: não, em Minas, o governo não precisa aplicar os 25% na educação e os 12% na saúde neste ano nem no ano que vem, como nunca aplicou atrás, e não há sanção. Ora, é uma terra sem ninguém, e o Minas sem governo que impera, portanto, em relação também à Constituição. Isso está em andamento. O termo foi assinado e, até agora, não foi derrubado.

Sr. Presidente, ao pedir a aprovação do projeto do Deputado Sargento Rodrigues em redação final, eu o faço na certeza de que não podemos deixar de exigir que o mínimo constitucional na saúde seja aplicado, de 12%. Do contrário, como aplicar uma lei como essa onde o ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas se estabeleça às custas do erário e recurso público? Assim as melhorias no sistema de saúde como um todo, nos postos e centros de saúde e nos hospitais; a melhoria de condições de vida e de trabalho; e a jornada de 30 horas, que é também uma reivindicação antiga, não podem ser levadas em consideração, Deputada Maria Tereza Lara, se o governo não aplica o mínimo constitucional. V. Exa. é de Betim. A Prefeita Maria do Carmo sabe muito bem, assim como os outros Prefeitos deste Estado, que, se não aplicar os 15% na saúde, terá o Ministério Público na sua cola e provavelmente uma ação que a deixará impossibilitada de disputar as eleições pelo menos por oito anos, porque qualquer Prefeito, evidentemente, teria – aliás, não é o caso, porque lá não ocorre – uma ação contra ele por não cumprir o mínimo constitucional. E assim também é na educação. No entanto, o governo do Estado simplesmente assina um termo em que, neste ano, R\$1.400.000.000,00 deixariam de ser investidos na educação e na saúde. Esse é o termo de ajustamento de gestão.

Na quinta-feira, às 9h30min, Sr. Presidente e colegas telespectadores, nós, Deputados e Deputadas, realizaremos na Comissão de Administração Pública uma audiência para debatermos esse TAG. Estão convidados o Ministério Público, o Tribunal de Contas, em especial o Conselheiro Mauri Torres, que é quem assinou o termo de ajustamento. Aliás, faço um parêntese para dizer que talvez o meu companheiro e amigo Mauri Torres ainda esteja com um cacoete de Líder do Governo e está exercendo esse papel no Tribunal de Contas para assinar um termo como esse. Ele também está convidado a estar aqui para tentar explicar por que o Tribunal de Contas não exigirá do governo o cumprimento constitucional e por que o governo acha que o Tribunal de Contas, que é um órgão que não tem esse poder, pode simplesmente desfazer-se da Constituição e que ele não tem de cumpri-la.

Além da audiência pública na quinta-feira, todos nós, Deputados da Bancada do PT e do PMDB, entramos no Ministério Público Federal e Estadual com uma representação em cada um dos Ministérios Públicos, solicitando que ajam do ponto de vista de garantirem a Constituição Federal e Estadual. Estou confiante em que ambos os Ministérios Públicos atuarão nessa questão como defensores da lei e, em especial, da Constituição Federal e Estadual.

Por fim, nós, da Bancada do PT e do PMDB, entramos também com uma ação popular na Justiça em Minas pedindo que se anule esse termo de gestão; que, preliminarmente, seja tornado inválido e, a partir daí, anulado enquanto instrumento de não cumprimento da Constituição Federal e Estadual. Isso está, portanto, numa ação popular com que entramos, dos dois Partidos.

Provavelmente - é o que espero -, os Ministérios Públicos Federal e Estadual tomarão também medidas, talvez uma ação civil pública, de questionamento do ato na Procuradoria-Geral e, posteriormente, no STF. O fato é que uma constituição não pode simplesmente, por meio de um TAG, ser congelada, anulada ou ter protelado o seu cumprimento em relação, especialmente, a áreas tão importantes como as da saúde e da educação.

Então, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, solicito-lhes que, neste processo de discussão, votem favoravelmente ao projeto do Deputado Sargento Rodrigues e que também insistamos com os Ministérios Públicos Federal e Estadual, com a Justiça e o Tribunal de Contas para que anulem esse TAG estapafúrdio que foi feito aqui.

Termo dizendo que, no caso da educação, que foi hoje fruto da discussão do Deputado Antônio Júlio, o governo proíbe o professor substituto, aquele que, na ausência de outro professor, dará suas aulas. E faz com que um professor de determinada matéria dê aulas de outra. Tudo isso para economizar. Uma professora não pode comer da alimentação escolar, do aluno, tudo para economizar. O choque de gestão, nesse caso, é evidente, e o prejuízo da educação está demonstrado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, gostaria de cumprimentá-lo por sua atuação aguerrida, como Deputado desta Casa e como Líder da Bancada do PT. Pela exiguidade do tempo, vou-me ater à educação. Os 25% destinados à educação são de longa data. É inconcebível que muitos Municípios tenham de investir mais, porque 25% já não são suficientes. Não podemos aceitar isso. Se há problemas, que cortem em outras áreas, mas na saúde e na educação, não aceitamos.

Em relação ao governo federal, tenho dito que se apliquem 10% e assinei isso. Então, temos de ser coerentes. Estamos defendendo a saúde, o País inteiro e também este Estado. A Presidenta Dilma tem investido na educação, no Pronatec e em creches, mas que possamos também, no seu governo, investir 10% na educação, que é o que defendemos historicamente. Então, para não dizerem que é apenas uma disputa político-partidária, lembramos que essa é uma questão de compromisso com a população. Queremos que isso aconteça em nível nacional, mas ainda não existe uma lei com essa previsão. Não se aprovou na Câmara, mas queremos que seja aprovada. Aqui já existe uma lei, e queremos que seja cumprida, tanto na saúde quanto na educação. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputada. Agradeço ao Presidente e termino a minha exposição.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando, a partir de 28/5/2012, João Tadeu Figueiredo Ornelas Braz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 28/05/2012, Hamilton Chagas Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a partir de 28/05/2012, Mauro Anderson de Oliveira Felipe do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Carlos Henrique Albuquerque de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Jeane Pereira de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando João Tadeu Figueiredo Ornelas Braz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Mauro Anderson de Oliveira Felipe para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Pedro de Souza Figueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Stéffani Fontes Goulart para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Leonardo Fernandes Moreira, matrícula 12.207-6, no período de 16/5/2012 a 14/6/2012.

Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.



ERRATA

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/5/2012, na pág. 15, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“1.927/2011, do Deputado Dinis Pinheiro”, leia-se:

“1.927/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, com a Emenda nº 1”.